

Índice

APRESENTAÇÃO	13
APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	19
ABREVIATURAS	21

Capítulo I Introdução

§ 1. A origem das sociedades abertas e das sociedades cotadas 23

(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)

I. Das sociedades com subscrição pública às sociedades abertas ao investimento público	23
1. O Código Veiga Beirão	23
2. O Código das Sociedades Comerciais	25
3. O Código do Mercado dos Valores Mobiliários	25
4. O Código dos Valores Mobiliários	26
II. As sociedades cotadas	27
5. O mercado da bolsa	27
6. Da bolsa ao mercado regulamentado	29
7. Sociedades com valores mobiliários negociados noutras estruturas de negociação	31
8. Sociedades cotadas não abertas? A (não) qualificação de sociedades estrangeiras cotadas em Portugal como sociedades abertas	32
9. Emitentes não societários	36

§ 2. O Direito das sociedades cotadas como Direito europeu 37

(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)

I. A europeização das sociedades cotadas	37
10. O Direito das sociedades cotadas como Direito europeu. A parcial extensão às sociedades abertas	37

11. O Direito das sociedades cotadas e o Direito do mercado de capitais	38
12. O <i>corpus</i> do Direito europeu das sociedades cotadas	41
II. A eficácia das fontes normativas europeias	44
13. A eficácia dos regulamentos	44
14. A eficácia das diretrizes	49
15. A interpretação conforme ao Direito europeu	52

§ 3. O papel da informação no direito dos valores

mobiliários	54
--------------------------	----

(JOSÉ FERREIRA GOMES)

I. A importância da informação	54
16. A centralidade da informação no direito dos valores mobiliários	54
17. A proteção dos investidores	56
18. A salvaguarda da eficiência do mercado	57
19. O papel da informação no governo das sociedades	59
II. O debate em torno da imposição de deveres de informação aos emitentes	61
20. A evolução do debate	61
21. A defesa dos deveres de informação: os argumentos mais frequentes	63
22. A crítica dos deveres de informação	64
23. A defesa dos deveres de informação: outros argumentos	65
24. Conclusão: a divulgação imperativa de informação como característica essencial do sistema atual	68
III. Os custos dos deveres de informação	70
25. Custos diretos e custos indiretos	70
26. A necessária ponderação dos custos pelo legislador	71

Capítulo II

Aquisição das qualidades de sociedade aberta e de sociedade cotada

§ 4. *Going public* 75

(DIOGO COSTA GONÇALVES)

- I. Da abertura do capital ao público à admissão das ações
à negociação 75
 - 27. Enquadramento terminológico 75
- II. A decisão de “*going public*” 77
 - 28. A competência do órgão de administração 77
 - 29. “*Problema Holzmüller*”? 77
 - 30. Elementos de ponderação na decisão de IPO 79

§ 5. Aquisição da qualidade de sociedade aberta 83

(DIOGO COSTA GONÇALVES)

- I. Enquadramento 83
 - 31. Sistematização 83
 - 32. Modo e momento da aquisição 84
- II. Modalidades de aquisição da qualidade de sociedade
aberta 84
 - 33. Constituição da sociedade com apelo a subscrição
pública [art. 13.º/1, a) CVM] 84
 - 34. Oferta pública de ações e de outros valores
mobiliários que confirmam o direito à subscrição
ou aquisição de ações [art. 13.º/1, b) CVM] 96
 - 35. Admissão à negociação em mercado regulamentado
de ações ou de outros valores mobiliários que
confirmam direito à subscrição ou aquisição de ações
[art. 13.º/1, c) CVM] 98
 - 36. Oferta pública de venda ou de troca de ações
representativas de mais de 10% do capital social
da sociedade emitente [art. 13.º/1, d) CVM] 99
 - 37. Fusão e cisão de sociedades abertas
[art. 13.º/1, e) CVM] 101

§ 6. Aquisição da qualidade de sociedade cotada (*remissão*) 104

Capítulo III

Introdução ao regime jurídico das sociedades abertas e das sociedades cotadas

§ 7. Enquadramento geral	105
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
38. A consequência da qualificação como sociedade aberta ou cotada	105
§ 8. Transparência	107
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
39. Deveres de comunicação e publicação de participações qualificadas	107
40. Cont.: acordos parassociais	110
41. Deveres de informação periódica: relatório e contas anuais	110
42. Cont.: relatório anual sobre o governo das sociedades ..	111
43. Cont.: contas semestrais	112
44. Cont.: contas trimestrais	113
§ 9. Abuso de mercado	114
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
45. Dever de divulgação de informação privilegiada	114
46. Diferimento da divulgação de informação privilegiada	115
47. Lista de <i>insiders</i>	116
48. Dever de comunicação de operações de dirigentes	117
§ 10. Ofertas públicas de aquisição	118
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
49. Relatório da administração da sociedade visada sobre a OPA	118
50. Dever de neutralidade da administração da sociedade visada	119
51. Cont.: a regra da reciprocidade	120
52. Outros deveres da administração da sociedade visada	123
53. <i>Breakthrough rule</i>	124

54. Dever de lançamento de OPA	124
55. Cont.: o domínio efetivo da sociedade visada	126
56. Cont: o diferente alcance da imputação de direitos de voto	129
57. Cont.: prova negativa de domínio	133
58. Cont.: derrogação e suspensão do dever de lançamento de OPA	134
§ 11. Direitos dos acionistas	135
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
59. Enquadramento. Remissão	135
§ 12. Consequência do incumprimento	139
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
60. Suspensão e exclusão da negociação	139
61. Responsabilidade contraordenacional e penal	140
62. Responsabilidade civil: remissão	141
§ 13. Requisitos de fiscalização reforçada	141
(JOSÉ FERREIRA GOMES / DIOGO COSTA GONÇALVES)	
63. Enquadramento	141
64. Mesa da assembleia geral	142
65. Órgão de fiscalização	142
66. ROC/SROC	144

Capítulo IV

Oferta pública de distribuição e admissão à negociação em mercado regulamentado

§ 14. Oferta pública de distribuição	147
(JOSÉ FERREIRA GOMES)	
I. Escopo, noção e modalidades de oferta pública	147
67. Escopo	147
68. Noção	148

69. Modalidades	157
II. Dever de publicar prospeto	160
70. Questão prévia: a evolução recente do quadro legal	160
71. Constituição do dever	161
72. Exceções da Diretriz dos Prospetos e sua transposição	162
73. Exceções em função do tipo de oferta	164
74. Exceções em função do tipo de valores mobiliários	170
75. Consequências do incumprimento do dever de publicar prospeto	178
76. O novo Regulamento (UE) dos Prospetos	179
III. Intermediação financeira obrigatória	184
77. Síntese	184
78. Proposta de revisão	186
IV. Princípio da estabilidade da oferta	188
79. Síntese	188
V. Princípio da igualdade de tratamento dos destinatários	189
80. Síntese	189

§ 15. Admissão à negociação em mercado regulamentado

(JOSÉ FERREIRA GOMES)

I. Enquadramento	191
81. Admissão à negociação	191
II. Dever de publicar prospeto	193
82. Questão prévia: a evolução recente do quadro legal	193
83. Constituição do dever	193
84. Exceções da Diretriz dos Prospetos e sua transposição	195
85. Exceções em função do tipo de valores mobiliários	196

§ 16. Responsabilidade civil pelo prospeto

(JOSÉ FERREIRA GOMES)

I. Enquadramento	201
86. Prospeto e deveres de informação	201
87. A Diretriz dos Prospetos e as soluções de diferentes Estados-membros	204
II. Âmbito de aplicação subjetivo, ilicitude e culpa	208
88. O oferente e o emitente [art. 149.º/1, a) e c) CVM]	208

89. Os (atuais) administradores do oferente e do emitente [art. 149.º/1, b) e d) CVM]	209
90. Os promotores nas OPS para constituição de SA [art. 149.º/1, e) CVM]	213
91. Os (atuais) membros do órgão de fiscalização global que certificaram ou apreciaram os documentos de prestação de contas [art. 149.º/1, f) CVM]	214
92. O ROC/SROC (atual) que apreciou ou certificou as contas do emitente [art. 149.º/1, f) CVM]	218
93. Outras pessoas que certificaram ou apreciaram os documentos de prestação de contas [art. 149.º/1, f) CVM]	220
94. Os intermediários financeiros [art. 149.º/1, g) CVM]	221
95. As demais pessoas que aceitem ser nomeadas responsáveis [art. 149.º/1, h) CVM]	222
96. Responsabilidade objetiva do oferente, do emitente e do chefe do consórcio (art. 150.º CVM)	223
97. Solidariedade passiva (art. 151.º CVM)	224
III. O nexo de causalidade	225
98. A causalidade constitutiva (<i>Haftungsbegründende Kausalität</i>)	225
99. A presunção do art. 149.º/1 CVM	229
100. A presunção de comportamento conforme à informação	230
IV. O dano indenizável	233
101. A ponderação do interesse contratual positivo	233
102. A <i>disclosure philosophy</i> e a ponderação do interesse contratual negativo	234
BIBLIOGRAFIA	237